

COLEÇÃO PROPOSTAS PARA A VIDA REAL

09

PRÁTICAS INCLUSIVAS

Cultura, natureza e
tecnologia como direitos
de participação

NATTHALIA PACCOLA
DEPUTADA FEDERAL 7711



Em 1 minuto

A proposta é fortalecer políticas federais já existentes para levar práticas inclusivas a espaços públicos e comunitários, sem criar uma rede paralela.

- Atividades culturais, ambientais, esportivas e tecnológicas.
- Acessibilidade física, sensorial e comunicacional.
- Formação de profissionais e facilitadores.
- Materiais adaptados e tecnologia assistiva.
- Participação das pessoas com deficiência no planejamento.
- Apoio a projetos em estruturas que já existem.

IDEIA CENTRAL

**Inclusão não é apenas estar presente.
É poder participar, escolher e criar.**

O problema real

Estar matriculado, inscrito ou presente não significa conseguir participar. Muitas pessoas com deficiência ainda encontram atividades planejadas para um único corpo, ritmo ou modo de comunicação.

- Barreiras de comunicação, mobilidade, ruído, iluminação e previsibilidade afastam participantes.
- Faltam recursos acessíveis e profissionais preparados em muitos territórios.
- A pessoa costuma ser chamada apenas depois que a atividade já está pronta.
- Pequenas adaptações podem transformar presença passiva em participação real.

A proposta na prática

O apoio federal deve chegar a projetos executados por municípios, universidades, escolas, equipamentos culturais e organizações da sociedade civil.

- Editais e emendas para materiais adaptados e tecnologia assistiva.
- Pequenas adequações de acessibilidade nos espaços utilizados.
- Formação prática para equipes e facilitadores.
- Comunicação alternativa, recursos visuais e apoio sensorial.
- Transporte acessível vinculado às atividades, quando necessário.
- Música, arte, natureza, esporte, fotografia, audiovisual e tecnologia como caminhos de participação.

Como funciona

1

ESCUTAR

2

ADAPTAR

3

ESCOLHER

4

APOIAR

5

ACOMPANHAR

6

CORRIGIR

- Ouvir interesses e barreiras com as próprias pessoas com deficiência.
- Planejar espaço, comunicação, duração, iluminação, volume e materiais.
- Oferecer diferentes maneiras de criar, observar, experimentar ou colaborar.
- Garantir apoio e recursos de acessibilidade conforme a necessidade.
- Verificar permanência, retorno e qualidade da participação.
- Corrigir barreiras identificadas durante a execução.

O que o mandato pode fazer

O mandato deve fortalecer políticas existentes e fazer o recurso chegar a projetos inclusivos nos municípios.

- Propor diretrizes de acessibilidade para atividades financiadas com recursos federais.
- Destinar emendas para projetos piloto e tecnologia assistiva.
- Cobrar critérios de inclusão nos editais de cultura, esporte, educação e tecnologia.
- Fiscalizar o Novo Viver sem Limite e a execução do orçamento.
- Articular ministérios, universidades, municípios e organizações sociais.
- Manter escuta permanente com pessoas com deficiência e suas famílias.

**ACESSIBILIDADE COMEÇA
NO PLANEJAMENTO**

Medir e responder

PERGUNTA CENTRAL

A pessoa conseguiu participar da maneira que funcionava melhor para ela?

Toda atividade será terapêutica?

Não. Cultura, lazer, natureza, esporte e tecnologia são direitos.

A proposta é exclusiva para pessoas autistas?

Não. Ela atende pessoas com diferentes deficiências e necessidades.

Será obrigatório participar de tudo?

Não. Escolha, pausa e recusa também fazem parte da inclusão.

FONTES ESSENCIAIS

Lei nº 13.146/2015: Lei Brasileira de Inclusão.

Lei nº 12.764/2012: Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA.

Decreto nº 11.793/2023: institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Novo Viver sem Limite. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.



PROPOSTAS PARA A VIDA REAL

09 PRÁTICAS INCLUSIVAS

“

Inclusão não é pedir que a pessoa se adapte a uma atividade pronta. É preparar a atividade para diferentes formas de participação.

NATTHALIA PACCOLA

DEPUTADA FEDERAL 7711